Sumário

Prefácio XV

1. Introdução 1

2. Concurso público: de sua origem histórica à constituição brasileira de 1988 7

2.1 Modos de recrutamento: apontamentos históricos 8
2.2 Profissionalismo nas carreiras burocráticas: o concurso público 13
2.3 O concurso público nas diversas Constituições brasileiras 17
2.3.1 A Constituição Imperial 17
2.3.2 A Constituição de 1891 20
2.3.3 A Constituição de 1934 21
2.3.4 Constituições de 1937, 1946 e 1967 22
2.3.5 A Constituição de 1988 23
2.4 O regime jurídico do servidor público 25
2.5 Conceito de concurso público 33
2.6 Concurso público: processo ou procedimento? 38
2.7 Princípios constitucionais e concurso público 42
2.7.1 Princípios jurídicos e princípios constitucionais 42
2.7.2 Princípios aplicáveis ao concurso público 45
2.7.2.1 Princípios que vinculam a Administração à ordem jurídica 45
2.7.2.1.1 Princípio da legalidade 46
2.7.2.1.2 Princípio da vinculação ao edital 49
2.7.2.2 Princípios que relacionam a Administração Pública à vontade e à ética 50
2.7.2.2.1 Princípio da impessoalidade 51
2.7.2.2.2 Princípio da acessibilidade aos cargos públicos 52
2.7.2.2.3 Princípio da moralidade 55
2.7.2.2.4 Princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público 56
2.7.2.2.5 Princípio da motivação 61
2.7.2.3 Princípios que regem a forma como deve o ato administrativo ser praticado 62

2.7.2.3.1 Princípio da eficiência 63
2.7.2.3.2 Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.....64
2.7.2.3.3 Princípio da publicidade..... 66
2.7.2.4 Princípio da isonomia 66
2.8 Concurso público e a satisfação do interesse público..... 69

3. Direitos fundamentais e ações afirmativas..... 71
3.1 Neoconstitucionalismo e a Constituição de 1988..... 73
3.2 Direitos fundamentais e sua aplicabilidade imediata..... 75
3.2.1 Aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais
às relações entre as pessoas públicas e os particulares 79
3.2.2 Aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais
às relações entre particulares 82
3.3 Aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais
enquanto instrumento necessário à promoção da igualdade..... 88
3.4 Dignidade da pessoa humana e igualdade 91
3.5 Ações afirmativas e igualdade 98
3.5.1 Conceituação e contextualização das ações afirmativas 100
3.5.2 Justificação das ações afirmativas..... 106
3.5.2.1 Justiça compensatória.....107
3.5.2.2 Justiça distributiva..... 109
3.5.2.3 Promoção do pluralismo ou multiculturalismo 111
3.6 Ações afirmativas e a proibição do retrocesso social.....112

4. Ações afirmativas em processos seletivos:
o sistema de cotas 119
4.1 Ações afirmativas no Brasil 121
4.2 Ações afirmativas em processos seletivos:
contexto infraconstitucional..... 123
4.2.1 Cotas para agricultores e seus filhos em
estabelecimentos de ensino agrícola..... 124
4.2.2 Cotas femininas em processos eleitorais..... 125
4.2.3 Cotas para deficientes em concursos públicos..... 129
4.2.4 Cotas para deficientes em empresas privadas 133
4.2.5 Cotas raciais e sociais para acesso às universidades públicas.....135
4.3 Posição do Supremo Tribunal Federal quanto às ações
afirmativas em processos seletivos: as cotas raciais nas
universidades públicas..... 139

4.3.1 Análise da ADPF n° 186/DF 140
4 3 2 Análise do Recurso Extraordinário 597.285/RS 161
4.3.3 Análise do Agravo Regimental em Mandado de Segurança 33.072/DF 167
4.4 Análise crítica dos argumentos dos Ministros do STF sobre cotas raciais em processos seletivos de acesso às universidades públicas..... 169
4.4.1 As cotas raciais e o princípio da isonomia..... 169
4.4.2 Cotas raciais e representativismo plural 174
4.4.3 A problemática em torno da autodeclaração quanto à cor 175
4.4.4 A elitização da universidade pública e outros locos públicos 178

5. Reserva de cotas raciais em concursos públicos: constitucionalidade da medida e possibilidade de seu aprimoramento para inserção de cotas sociais 183
5.1 Argumentos desfavoráveis ao sistema de cotas raciais em concursos públicos 184
5.1.1 Elegibilidade dos candidatos às vagas reservadas pelo sistema da autodeclaração 184
5.1.2 Violação aos princípios da eficiência e da impessoalidade... 187
5.2 Argumentos favoráveis ao sistema de cotas raciais em concursos públicos 190
5.2.1 Combate à discriminação racial: compromisso da República Federativa do Brasil..... 190
5.2.2 Concretização da igualdade material 192
5.3 A judicialização do sistema de cotas raciais em concursos públicos 193
5.4. Correlação entre os argumentos utilizados pelo STF nos julgados versando sobre cotas raciais de acesso às universidades e as cotas raciais para concursos públicos: proposta de redimensionamento do sistema para inserção do critério econômico 195

6. Conclusões 203

7. Referências 207